

# Atlântica

## A literatura comparada entre margens oceânicas

### Atlantic

#### Comparative literature between ocean shores

Luca Fazzini<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** O presente artigo propõe pensar e discutir os desdobramentos contemporâneos da Literatura Comparada e dos Estudos Comparatistas através de uma abordagem diaspórica, ou seja, voltada para as experiências em trânsitos de autores e obras pelo espaço fluido do Atlântico. A partir dessas travessias oceânicas, o ensaio interroga os limites do paradigma nacional no estudo da literatura enquanto, ao mesmo tempo, pretende articular as tensões e propostas teóricas em torno do Atlântico Negro (GILROY, 2012) com as subjacentes à teoria e à práxis comparativa. Tentar-se-á, desta forma, traçar as coordenadas de um comparativismo que questione (e ultrapasse) as persistências coloniais na contemporaneidade.

**ABSTRACT:** This article proposes to discuss the contemporary developments of Comparative Literature/Comparative Studies through a diasporic approach, focused on the experiences in transit of authors and works through the fluid space of the Atlantic. From these oceanic crossings, this essay questions the limits of the national paradigm in the literary studies. At the same time, it intends to articulate the tensions and theoretical proposals around the Black Atlantic (GILROY, 2012), with the comparative theory and praxis. Therefore, the objective is to trace the coordinates of a comparativism that questions colonial persistence in contemporary.

**PALAVRAS-CHAVES:** Estudos comparatistas; Estudos Pós-coloniais; Atlântico Negro.

**KEYWORDS:** Comparative studies; Post-colonial studies; Black Atlantic.

---

1 O presente artigo insere-se no âmbito do Projeto de pesquisa “Escritas do Atlântico: perspectivas pós-coloniais para um comparativismo em língua portuguesa”, financiado pela FAPESP (n. processo: 2019/27834-5)

---

## Sobre muros, cercas e fronteiras - e sobre a urgência de ir além

Ao introduzir o primeiro capítulo do seu estudo sobre o “Atlântico Negro”, Paul Gilroy (2012) aponta para a urgência de ultrapassar a perspectiva nacionalista, para pensar a articulação entre raça, cultura e nacionalidade. O pensador britânico sublinha pelo menos duas razões específicas: a primeira diz respeito à necessidade de reavaliar o destaque dado aos Estados-Nação como centros de unidade política, econômica e cultural; a segunda envolve a “popularidade trágica” (GILROY, 2012, p. 42) das teorias sobre a pureza das culturas, construções muitas vezes amparadas em um território – o espaço dos Estados-Nação – específico, fechado por rígidas fronteiras.

O debate sobre a relevância do poder dos Estados-Nação na contemporaneidade reúne, de fato, visões diferentes. De um lado existe uma tradição de estudos ligados à conceitualização da globalização e da pós-modernidade como uma época de abertura constante das fronteiras nacionais, tanto no que diz respeito à organização multinacional do poder (NEGRI, HARDT, 2000), quanto no plano cultural (JAMESON, 1993), estritamente vinculado às estratégias do mercado. Por outro lado, há também quem sublinhe a relevância política e social dos Estados-Nação para a organização do poder (SANTOS, 1999), e as suas ligações intrínsecas com o capital financeiro (ALLIEZ, LAZZARATO, 2016).

Assim como na época colonial e escravista, a interligação entre Estados-Nação, Capital e a suposta pureza das culturas subjaz à atuação violenta do poder que, em diversos contextos do globo, voltou a se impor na sua forma mais excludente e violenta, com a propagação de perspectivas nacionalistas que resgatam visões identitárias monolíticas e essencialistas, abertamente excludentes. Apesar de a globalização ter multiplicado os contatos entre geografias outrora distantes, ampliando os fluxos de corpos, mercadorias, culturas e ideologias e participando daquilo que estudiosos consideram “mundialização da cultura” (APPADURAI, 1994; ORTIZ, 1994), assim como



---

na modernidade colonial, corpos “indesejados” continuam sendo colocados à margem pelas dinâmicas do capitalismo. Paralelamente, as culturas são ainda organizadas de forma hierárquica a partir do modelo eurocêntrico dominante, participando daquilo que intelectuais e ativistas ligados às perspectivas críticas decoloniais têm chamado de epistemicídio (CARNEIRO, 2005; SANTOS, 1999, 2010). Tal dinâmica aparece como evidente também na produção dos cânones literários e culturais, pois é justamente a partir da ideia de Nação enquanto comunidade imaginada (ANDERSON, 2008) que foram, ao longo do tempo, pensados os cânones literários nacionais (RAIMONDI, 1998).

Nesse sentido, textos e autores foram hierarquizados a partir da necessidade de pensar a literatura como um universo fechado e coerente que acompanha a constituição de uma comunidade nacional homogênea, colocando em segundo plano a pluralidade e as incongruências intrínsecas aos sistemas literários.

Retomando a proposta de Paul Gilroy, ou seja, a urgência de superar a hegemonia dos Estados-Nação para pensar as culturas, o presente artigo propõe uma reflexão analítica, embora certamente panorâmica, sobre algumas escritas contemporâneas produzidas na área atlântica da língua portuguesa, entendidas enquanto fruto de culturas plurais, moldadas pelos trânsitos seculares entre África, América e Europa subjacentes ao colonialismo português e à experiência da escravidão. Trânsitos que, acompanhando o fluxo do capital financeiro e as geografias da desigualdade, perpetuam por trás dos deslocamentos em massa da contemporaneidade as mesmas lógicas e dinâmicas do passado.

Visando, portanto, ultrapassar a perspectiva nacional também no que diz respeito aos estudos da literatura, considerando as dinâmicas culturais como produtos porosos, resultado de múltiplos (des)encontros, o presente texto dialoga com as perspectivas sobre as quais assentam os estudos em volta da chamada *World Literature* (DAMROSCH, 2003), formulação teórica surgida no contexto acadêmico de língua inglesa como um desdobramento recente dos Estudos Comparatistas e da

---

Literatura Comparada (GNISCI, 2010). No entanto, apesar de compartilhar algumas das tensões que animam as pesquisas em torno da *World Literature*, como a suposta “vocação cosmopolita” (SILVA, 2013) e “universal” (DAMROSCH, 2003) da literatura, a impossibilidade de ler certas obras como “autocontidas” (BUESCU, 2013, p. 81) dentro de uma determinada tradição literária nacional e a urgência de pensá-las além das fronteiras dos Estados-Nação, ao invés de concentrar a atenção sobre os trânsitos de textos can nicos da tradição ocidental e sobre as suas “polinizações” (BUESCU, 2013) est ticas e formais, o presente artigo privilegia os trânsitos e as experiências de corpos geopolíticos e de suas culturas pelo espaço fluido do Atlântico. Torna-se, portanto, necessário pensar a produção cultural a partir de uma perspectiva diaspórica, de forma centrífuga, para além de qualquer concepção fechada em torno da ideia de Nação e de identidades/culturas nacionais pois, como lembra Stuart Hall (2013, p. 49), “a cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar”. Sempre segundo o pensador britânico-jamaicano :

É importante ver essa perspectiva diaspórica da cultura como uma subversão dos modelos culturais tradicionais orientados para a nação. Como outros processos globalizantes, a globalização cultural   desterritorializante em seus efeitos. Suas compressões espaço-temporais, impulsionadas pelas novas tecnologias, afrouxam os laços entre a cultura e o “lugar”. Disjunções patentes de tempo e espaço são abruptamente convocadas, sem obliterar seus ritmos e tempos diferenciais. As culturas, é claro, têm seus “locais”. Porém, não é mais tão fácil dizer de onde elas se originam. (2018, p. 40)

Disjunções, deslocamentos, disseminações que, marcadas pelas violências e pela exploração – as da colonização e as da escravidão, mas também as violências que afetam a experiência contemporânea daqueles que Zygmunt Bauman (1999) denomina de “vagabundos”, em oposição com os “turistas” da época global – participam da construção daquilo que Achille Mbembe definiu como “culturas em colisão”, ou seja, culturas “tomadas pelo turbilhão das guerras, das invasões, das migrações,



---

dos casamentos mistos, de religiões diversas que são apropriadas, de técnicas que são trocadas e de mercadorias que são vendidas” (MBEMBE, 2015, p. 69).

Destas “colisões” surgem, portanto, escritas que, ao encenar a subalternidade de determinadas experiências contemporâneas, colocam em xeque o vínculo da origem nacional e a narração da cidadania. Ao mesmo tempo, tais escritas denunciam as complexas dinâmicas de pertencimento e a identificação impossível com um Estado-Nação cujo poder – entendido como um necropoder (MBEMBE, 2016) – está na mão de uma elite homicida. Um Estado-Nação cujos atos se assentam na construção, através de processos jurídicos, da diferença racializada, envolvendo todos aqueles sujeitos que Judith Butler e Gayatri Chakravorty Spivak (2018) consideram “sem estado”: os refugiados e os migrantes, também chamados de “corpos estranhos” por Étienne Balibar (2019), assim como determinados grupos sociais historicamente construídos como minorias dentro da “ordem estadocêntrica” – *ordine statocentrica* para Donatella Di Cesare (2017) – moderna e colonial. Todos considerados “humanos espectrais, desprovidos de peso ontológico” (BUTLER, SPIVAK, 2018, p. 25).

A “vida descartada” de “sujeitos almejantes” (BUTLER, SPIVAK, 2018), cujo almejar – saúde, segurança, lar, cidadania – é visto como ameaça no interior de uma comunidade que se quer homogênea e que, por isso, recorre às formas mais ancestrais da vida política:

o mundo contemporâneo é modelado e condicionado profundamente por estas formas ancestrais da vida cultural, jurídica, política, que são a da clausura, da cerca, do muro, do campo [...]. Por todo o lado, são recuperados processos de diferenciação, de classificação e de hierarquização para fins de exclusão e de erradicação (MBEMBE, 2014, p. 51)

Esses processos de diferenciação que resultam na exclusão de grupo inteiros – esse “devir-negro no mundo”, de acordo com Achille Mbembe (2014) – apesar das metamorfoses necessárias no interior de outros sistemas de direito, retomam as

---

dinâmicas da construção da diferença racializada típicas da colônia (MENESES, 2010), funcionais para a lógica exploratória da acumulação do capital.

Perante as violências micro e macrofísicas subjacentes às construções essencialistas e excludentes do Estado-Nação, a ideia de cosmopolitismo da literatura – ou de cosmopolitismo crítico, de acordo com Amy J. Elias e Christian Moraru (2015) – deve também ser pensada a partir das experiências contemporâneas de deslocamento entre margens do Atlântico. Numa perspectiva que, com Achille Mbembe (2015), pode ser chamada de “afropolitana”, ou seja,

uma tomada de posição política e cultural em relação à nação, à raça e à questão da diferença em geral. Na medida em que nossos Estados são invenções (além do mais, recentes), eles não têm, estritamente falando, nada em sua essência que nos obrigaria a lhes render um culto (MBEMBE, 2015, p.71)

Tais perspectivas possibilitam, de fato, certas relações discursivas com aquilo que Silviano Santiago chamou de “cosmopolitismo do pobre”, na tentativa de, a partir de uma abordagem literária,

dar conta do influxo de migrantes pobres, na maioria ex-camponeses, nas megalópoles pós-modernas [...] e resgatar, de primeiro, grupos étnicos e sociais, economicamente desfavorecidos no processo assinalado de multiculturalismo a serviço do estado-nação (SANTIAGO, 2004, p. 59).

De acordo com Paul Gilroy, “a cartografia desses movimentos demanda uma história descentrada e talvez excêntrica” (2012, p. 14). Escolher o Atlântico como modelo significa, portanto, recusar a hegemonia fechada de um centro, para investigar as dinâmicas excludentes e violentas do poder de forma transversal, na pluralidade dos centros e das margens, manifestos nos textos literários e nas realidades que criam ou representam. Paralelamente, significa também entender o Atlântico como um “entre-lugar” (SANTIAGO, 1978), um espaço de contatos produzidos ao longo



dos séculos através de múltiplas formas de violência que, ao invés de separar as suas margens, acabaram costurando, nos seus porões, portos e lavouras, inúmeras conexões. De acordo com Homi Bhabha,

a demografia do novo internacionalismo é a história da migração pós-colonial, as narrativas da diáspora [...], as poéticas do exílio, a prosa austera dos refugiados políticos e econômicos. É nesse sentido que a fronteira se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente [...] (2008, p. 24).

Em suma, refletir sobre as escritas do/no Atlântico em português a partir da análise das produções literárias de autores culturalmente em trânsito entre as diversas margens do oceano, apontando ora para as violências intrínsecas ora para as transgressões e as especificidades desses produtos culturais porosos (BENJAMIN, 1989; CARVALHO, 2019), significa estabelecer relações necessárias entre o passado colonial e escravista e o presente das migrações globais, igualmente marcadas pelas persistências dos paradigmas que sustentaram a modernidade ocidental. Tratar-se-ia, de acordo com Homi Bhabha, de um “trabalho fronteiriço” (BHABHA, 2008) em que a continuidade do passado não é lida com o intuito de estabelecer vínculos identitários de tipo essencialista, mas como ato urgente de questionamento desse passado, para o reler de forma crítica no presente.

## A literatura comparada entre novos paradigmas

“Disciplina agonizante”. Em *Death of a discipline* (2003), Gayatri Chakravorty Spivak encarrega-se de interrogar o seu “último suspiro”, parafraseando a autora. Longe de querer oferecer uma leitura ampla e abrangente de um ensaio tão instigante quanto polêmico,<sup>2</sup> é aqui relevante sublinhar que a disciplina em questão é a própria

2 Para uma análise crítica do texto de Spivak, remete-se à leitura do artigo “Do «viver» e do «morrer» nos estudos literários: Gayatri Spivak e a morte da literatura comparada como *Aufhebung*” (2015), de Nabil Araújo.

---

Literatura Comparada e que, na visão da autora, a morte envolveria principalmente os contornos marcadamente eurocêntricos que ainda habitam o campo de estudo e a práxis comparativa. Igualmente, Spivak não se rende às perspectivas “culturalistas” que, a partir pelo menos da década de noventa do século XX, ganharam maior destaque no debate crítico e teórico estadunidense, como demonstra o “Report on Standards”<sup>3</sup> organizado por Charles Bernheimer em 1993.

Certamente excêntrica, a proposta da estudiosa indiana insere-se no interior de um debate marcado por tensões constantes entre pulsões centrífugas e centrípetas: centrífugas, isto é, de abertura para textos e autores à margem dos cânones nacionais, para outras expressões artísticas ou para perspectivas interdisciplinares para ler o texto literário. Mas também centrípetas, de reafirmação de leituras e abordagens canônicas, disfarçadas por trás da questão da qualidade e do valor literário.

Dessa polêmica entre abertura e fechamento, em “Nuevos rumbos del comparatismo: literatura comparada y literatura-mundo” (2019), Eduardo Coutinho oferece não apenas uma importante panorâmica, quanto também introduz no debate os mais recentes desdobramentos que, em diversas geografias acadêmicas, animaram pesquisadores e estudiosos, os relativos à Literatura-Mundo (*World Literature*), evidenciando a riqueza das perspectivas propostas:

A Literatura Comparada cuja morte podemos celebrar é aquela que se limitou à perspectiva binária dominante até meados do século XX, nas suas formas puramente historicista ou formalista. A partir desse momento e até o presente, porém, a disciplina evoluiu de tal forma que, antes de anunciar a sua extinção, o que pode ser registrado com segurança é o seu extraordinário reflorescimento.<sup>4</sup> (COUTINHO, 2019, p. 23)

---

3 Trata-se de um relatório que, de acordo com o estatuto da American Comparative Literature Association (ACLA), deveria ser publicado a cada dez anos.

4 Tradução livre do autor. Original em espanhol: “La Literatura Comparada cuyo óbito podemos celebrar es la que se limitaba a la perspectiva binaria dominante hasta mediados del siglo XX, en sus formas puramente historicista o formalista. Desde aquel momento hacia el presente, sin embargo, la disciplina ha evolucionado de tal modo que, lejos de anunciarse su extinción, lo que se puede registrar con seguridad es su extraordinario reflorecimiento”.





No que diz respeito aos estudos sobre a Literatura-Mundo, o amplo debate crítico e a discussão teórica desenvolvidos entre o final da década de noventa e o princípio do século XXI em torno dos eixos linguísticos inglês (DAMROSCH, 2003), francês (CASANOVA, 2004) e, mais tarde, português (BUESCU, 2013), oferecem, de fato, um amplo repertório para a análise e a reflexão. Com tais estudos, a ideia de um Atlântico como modelo de comparação compartilha a necessidade de pensar a Literatura Comparada não apenas como resultado ou soma das diversas literaturas nacionais, tampouco como simples abordagem metodológica que se resume à leitura em conjunto de obras oriundas de diferentes contextos. Contra essa práxis comparativa, os estudos citados ao apontarem a transnacionalidade de determinadas estéticas e de certas características formais permitem, de fato, pensar a Literatura Comparada como verdadeiro campo do conhecimento através do qual seria possível ultrapassar o vínculo da origem nacional.

No entanto, apesar desses pressupostos, é urgente evidenciar como também nesse âmbito “o estudo das «literaturas centrais» continua a ditar o ponto de partida da perspectiva, isto é, continua a ser o diálogo com as «grandes figuras» a iluminar as «figuras menores», pois o que conta é o «eco» internacional da obra” (MATA, 2013, p.107). Nesse sentido, é necessário sublinhar como tal “eco internacional da obra”, além das lógicas do mercado subjacentes à difusão/circulação da produção literária, é também reflexo de toda uma série de construções teóricas em volta do valor cultural e formal, geograficamente situadas no norte global euro-estadunidense. Neste sentido, retomando as inquietações de Paul Gilroy que subjazem ao seu trabalho sobre o Atlântico Negro, torna-se urgente “rastrear as origens dos sinais raciais a partir dos quais se construiu o discurso do valor cultural e suas condições de existência” (GILROY, 2012, p. 44).

Esse questionamento demanda, portanto, uma atenção constante para os processos históricos, sociais e geopolíticos e para os vínculos intrínsecos entre esses

---

e a produção/circulação literária e cultural. Ao se constituir justamente nas interseções entre dinâmicas do poder e produção/circulação de determinadas expressões culturais e, embora as considere interlocuções necessárias, estabelecendo com elas relações discursivas capazes de contornarem algumas divergências teóricas de fundo, o Atlântico distancia-se das propostas teóricas da Literatura-Mundo, na medida em que nelas o contextual e o contingente encontram espaços marginais, sendo as indagações em grande parte movidas por questões estético/formais.

O Atlântico, com os seus trânsitos oceânicos moldados pelas hierarquias de poder da modernidade colonial, produziu ao longo dos séculos, e continua produzindo, um enorme contingente de “sem estado” (BUTLER, SPIVAK, 2018), indivíduos reduzidos à condição de “vida nua” (AGAMBEN, 2005) ou “vida descartável” – formulação de Judith Butler (2018) que recusa a ideia de “vida nua” de Giorgio Agamben. A existência precária de tais indivíduos, para além de denunciar as falências das narrativas ocidentais (euro-estadunidenses) de modernidade enquanto progresso, democracia e cidadania, destacando a urgência de “provincializar” (CHAKRABARTY, 2000) seu suposto universalismo (BALIBAR, 2018), deixa transparecer as estritas relações de continuidade, na contemporaneidade, das estruturas de poder e dos processos de construção da diferença racial (QUIJANO, 2005), “abstração e coisificação” (MBEMBE, 2014) que marcaram a modernidade colonial.

As Escritas do Atlântico enquanto textos produzidos por indivíduos “sem estado”, culturalmente e/ou fisicamente em trânsito entre as margens do oceano, além de encenarem, ao nível ficcional, uma realidade que assenta no conflito, são também o lugar onde proliferam outras formas e outros saberes. Sua estética é, nesse sentido, porosa. De acordo com Bruno Carvalho (2019), que no seu estudo sobre o Rio de Janeiro retoma as reflexões de Walter Benjamin (1989) acerca de Nápoles, “porosidade tem a ver com trânsitos, circulação, fronteiras fluidas” (CARVALHO, 2019, p. 14). Trata-se de uma forma de reestabelecer, pela escrita, a pluralidade – das experiên-



cias dos corpos, das culturas, das formas que se querem reduzir à homogeneidade, especificando, “através da mediação do sofrimento”, determinadas formas “estéticas e contraestéticas” (GILROY, 2012, p. 13), próprias dos trânsitos oceânicos.

Tal abordagem demanda, obviamente, a abertura para outras leituras, a necessidade de se confrontar com “novos” saberes. Como escreve o crítico e teórico Armando Gnisci, autor, entre outros, de textos quais *La letteratura nel mondo* (1984), *Creoli meticci migranti clandestini e ribelli* (1998) e *Poetiche dei mondi* (1999):

A literatura mundial não é mais o sistema de valores estéticos e culturais europeus projetados mais ou menos sub-repticiamente no mundo, mas é a dimensão concreta da produção, recepção e estudos literários hoje. O escritor e o estudioso que estão fora dessas coordenadas finalmente gerais devem ser reeducados ou tocados. Em suma, quero afirmar que: a única teoria e metodologia que pode ser proposta nos estudos interculturais – literários e não literários – consiste na apreciação preliminar e específica do grau histórico e pessoal de envolvimento e conhecimento dos parceiros epistêmicos em jogo. E o jogo, hoje, é o mais geral que já foi jogado no curso da humanidade. (GNISCI, 2003, p. 25).<sup>5</sup>

É sempre mais urgente sublinhar a relevância dos “parceiros epistêmicos em jogo”, pois ampliar as fronteiras dos estudos literários e comparatistas não é apenas ler mais textos, incluir nos cânones experiências literárias outrora silenciadas, a partir de parâmetros e noções historicamente desenhadas no ocidente e pelo ocidente. Mas implica uma reformulação de conceitos e paradigmas através do diálogo horizontal e da articulação entre outros saberes, outras construções de realidade ou visões de mundo – para uma outra “partilha do sensível” (RANCIÈRE, 2005). É nesse sentido que, para concluir esse breve ensaio, tentarei esboçar, de forma sintética, algumas

5 Tradução livre do autor. Original em italiano: “La letteratura mondiale non è più il sistema di valori estetici e culturali europei proiettati più o meno surrettiziamente sul mondo ma è la dimensione concreta della produzione, ricezione e studio letterario oggi. Lo scrittore e lo studioso che sta fuori di queste coordinate finalmente generali bisogna che si rieduchi otoccia. Insomma, voglio affermare che: l’unica teoria e metodologia proponibili negli studi interculturali – letterari e non – consistono nel preliminare e specifico apprezzamento del grado storico e personale dicoinvolgimento e di conoscenza dei partner epistemici in gioco. E il gioco, oggi, è quello più generale chesia mais stato giocato nel corso dell’umanità”.

---

coordenadas conceituais que, provenientes de contextos culturais diversos, podem oferecer ferramentas úteis para pensar as produções literárias e culturais entre margens oceânicas.

## Encruzilhadas e sobrevivências: desenhando rotas conceituais nas travessias oceânicas.

Em *Black Atlantic Religion: Tradition, Transnationalism, and Matriarchy in the Afro-Brazilian Candomblé* (2005), escreve J. Lorand Matory:

Os diálogos translocais têm sido, ao longo da história, ocasiões para a articulação, a reificação e a criação de comunidades, do eu coletivo produzido pelo encontro antagonístico, cooperativo e complementar com o Outro recém-encontrado e recém-construído. (2018, p. 237)

As diásporas e os fluxos migratórios de vária natureza fizeram do Atlântico uma zona de contato (PRATT, 1999) cujas fronteiras tornam-se *places de passages* (HALL, 2013), espaços porosos nos quais o endógeno e o exógeno se confundem, subvertendo qualquer mitologia da origem.

Nesse âmbito, a noção de encruzilhada ganha, portanto, particular relevância. Nas culturas brasileiras de descendência africana, a encruzilhada remete à alegoria do Orixá Exu, que, como nos diz Muniz Sodré,

trata-se do princípio dinâmico do sistema simbólico inteiro, relacionando-se, portanto, com tudo o que existe, desde as divindades (os orixás) até os entes vivos e mortos. O dinamismo mítico pode também ser lido como a própria natureza do inesperado, da penetração nas fissuras do universo ordenado, para o bem ou para o mal (2017, p. 174).

Orixá da comunicação, “Exu pertence visceralmente à comunicação” para Sodré (p. 177), viabiliza encontros e desencontros, sendo o intermediário entre o plano visível e o invisível, o físico e o espiritual, o real e o imaginário.



---

A encruzilhada pode, portanto, ser pensada enquanto espaço de convivência e encontro dos opostos, da “dupla consciência” do/no Atlântico Negro, retomando aqui Paul Gilroy. O espaço da articulação discursiva entre tensões contrárias que habitam os trânsitos impostos pelo projeto colonial. É noção incontornável para pensar a resistência das culturas afrodescendentes nas Américas que, fadadas à morte física e epistêmica, insurgem nas reinvenções e reterritorializações diaspóricas.

Muita da literatura hiper-contemporânea produzida em torno desse mundo Atlântico pode ser lida à luz da noção de encruzilhada e dos seus múltiplos possíveis. Em contextos brasileiros, obras quais *Um exu em Nova York* (2018), de Cidinha da Silva, ou *O corpo encantado das ruas* (2019), de Luiz Antonio Simas, exemplos no interior de uma tradição tão rica quanto ampla, surgem justamente em torno dessa visão exusíaca de encruzilhada. No entanto, tal noção pode ser convocada também para pensar as produções de outras geografias, como para o romance *Também os brancos sabem dançar* (2018), de Kalaf Epalanga, com as suas reflexões em torno dos “encontros antagonísticos” subjacentes à inserção do kuduro e da kizomba nos espaços periféricos da antiga metrópole do império português – lembrando, com Paul Gilroy e Stuart Hall, a relevância cultural e política que a música tem para os processos de reterritorialização das comunidades diaspóricas.

É nesse cenário que também se insere o romance *O crime do Cais do Valongo* (2018), de Eliana Alves Cruz. Entre romance policial e romance histórico, a obra constitui-se na articulação entre dois planos narrativos: um primeiro, marcado pelo homicídio do traficante de escravos Bernardo Lourenço Viana e pelas investigações subsequentes. O segundo, por sua vez, assenta em trechos dos relatos escritos pela escravizada macúá Muana Lomé. Tais trechos lembram a estrutura da *Literatura de Testimonio* latino-americana, cujo arquétipo é o texto cubano *Biografia de um Cimarron* (1966), de Miguel Barnet. Há, porém, uma diferença fulcral: a presença de um interlocutor, o abolicionista inglês Mr. Toole, é apenas um recurso narrativo. Quem

---

de fato escreve, ficcionalmente, tais relatos, é a própria Muana, afirmando dessa forma a urgência de contar a própria história sem a mediação exógena.

Tanto de um ponto de vista narrativo, quanto extra narrativo, tais relatos – que conservam uma base histórica em constante diálogo com as estratégias da ficção – ganham particular relevância: de um lado dilatam as fronteiras do Atlântico até as margens do Índico, evidenciando como o sistema-Atlântico seria bem mais amplo que sua geografia oceânica.<sup>6</sup> Do outro lado, é justamente nos relatos de Muana que podemos nos deparar com formas e modos de construir, na ficção, a lógica da encruzilhada.

Como o Orixá Exu, a própria Muana é a intermediária entre espaços e culturas diversas, transitando indiferentemente no mundo dos vivos e no mundo dos mortos, bem como no universo cultural macúá, africano, e aquele europeu, no caso, português. O “calibanesco” domínio da cultura do outro, que passa também pela escrita, não somente não aniquila a cultura nativa, como também se torna um recurso essencial para sobreviver à realidade hostil da escravidão.

Essa prática e esse uso da escrita e do relato como estratégia nos introduz a segunda noção que ampara essa comunicação: a de sobrevivência, pensada a partir do romance *Biografia do Língua* (2015), do caboverdiano Mário Lúcio Sousa. No âmbito da história da arte e da crítica literária e cultural, a noção de sobrevivência tem ampla tradição crítica. Veja-se, por exemplo, os trabalhos do filósofo e historiador da arte francês George Didi-Hubermann, *A sobrevivência dos vagalumes* (2011), mas, sobretudo, *A imagem sobrevivente: A História da Arte e Tempo dos Fantasmas segundo Aby Warburg* (2013), uma análise crítica e historiográfica monumental do trabalho de

---

6 Escreve J. Lorand Matory (2018, p. 240): “Eu faço uso dos termos “Atlântico negro” e “afro-atlântico” de maneira heurística, sem a intenção de exagerar o isolamento dessa super região geográfica com respeito às outras zonas delineadas por perímetros oceânicos ou desérticos ou com respeito a outras “raças” no perímetro Atlântico. O Atlântico negro não está isolado da orla do Pacífico ou do perímetro do Oceano Índico [...]. Sim, essa zona geográfica é antiga, intensa e densa com interconexões políticas, comerciais e discursivas dentro de suas fronteiras, mas não é hermética. Os europeus, os euro-americanos e os americanos nativos estão envolvidos de maneira central no diálogo afro-atlântico [...].”



---

Aby Warburg. Segundo Didi-Hubermann, a “sobrevivência” (em alemão *Nachleben*) seria um conceito crucial para a contribuição de Warburg. Tratar-se-ia de um pós-viver. No campo estético, do retorno das formas como imagens fantasmáticas ao longo das épocas – a urgência anacrônica que Nietzsche chamou de intempestivo e que está na base das reflexões de Giorgio Agamben (2009) sobre o contemporâneo.

Tal modelo parece particularmente indicado para refletir acerca dos trânsitos oceânicos e das expressões culturais na diáspora. Pode ser vislumbrado, apenas como exemplo, nas performances carnavalescas e nos rituais em Trinidad, Estados Unidos e Canadá analisados por Esiaba Irobi em “O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da performance estética africana na diáspora” (2012) – texto com o qual o autor também polemiza com o modelo do Atlântico negro de Gilroy.

Nesse âmbito, no entanto, pretendo investigar o conceito de sobrevivência a partir de outra perspectiva, a da tradição literária em torno do Testemunho em literatura, tradição que se desdobra em pelo menos duas vertentes (SELIGMANN-SILVA, 2005): a europeia, marcada pela experiência do holocausto; e outra radicada na América do Sul, dentro da qual se inserem os relatos provenientes dos historicamente marginalizados – é exemplo dessa vertente, entre outros, o já citado *Biografia de um Cimarron*. De qualquer forma, quer por uma urgência individual, quer coletiva, as narrações assentam na necessidade de contar para sobreviver. Para construir futuros que permitam a sobrevivência de quem passou por algum acontecimento traumático, bem como das “minorias” marginalizadas. Tratar-se-ia também de um pós-viver, um viver depois e além do horror.

O romance *Biografia do Língua*, de Mário Lúcio Sousa, estabelece ligações paratextuais (título e epígrafe) e intertextuais constantes com a obra do cubano Miguel Barnet, considerada arquétipo da tradição americana do testemunho.

Trata-se, obviamente, de um testemunho ficcional – o da vida do escravizado Esteban Montijo (o Língua do título) –, certamente não único no panorama literário

---

- *Tristano morre* (2004), de Antonio Tabucchi, apenas para citar um exemplo, compartilha a mesma dinâmica. Como também em *O crime do Cais do Valongo*, dois planos narrativos articulam-se e estão interligados: o plano biográfico, desenvolvido ao longo de cinco macrocapítulos, e o coletivo, que encena a construção, ao longo do romance, da comunidade falesiana que surge em volta do relato.

Em “Necropolítica” (2016), Achille Mbembe pensa no escravizado a partir de uma tripla perda: lar, direitos sobre seu corpo e status político. No entanto, sempre segundo o filósofo:

Apesar do terror e da reclusão simbólica do escravo, ele ou ela desenvolve compreensões alternativas sobre o tempo, sobre o trabalho e sobre si mesmo. Esse é o segundo elemento paradoxal do mundo colonial como manifestação do estado de exceção. Tratado como se não existisse, exceto como mera ferramenta e instrumento de produção, o escravo, apesar disso, é capaz de extrair de quase qualquer objeto, instrumento, linguagem ou gesto uma representação, e ainda lapidá-la. Rompendo com sua condição de expatriado e com o puro mundo das coisas, do qual ele ou ela nada mais é do que um fragmento, o escravo é capaz de demonstrar as capacidades polimorfos das relações humanas por meio da música e do próprio corpo, que supostamente era possuído por outro. (p. 131-132)

É desse paradoxo, dessa encruzilhada enquanto convivência entre opostos antagônicos, que se alimenta também o romance *Biografia do Língua*. De fato, é a partir da narração da vida do escravizado, da apropriação do direito à palavra, que surge uma sociedade utópica que desconhece o verbo matar. A sobrevivência do Língua, que narra para não ser executado, isto é, para sobreviver, se faz, portanto, necessária para que tal comunidade pudesse existir e proliferar.

Para concluir, como podemos pensar o Atlântico desenhado a partir da leitura singela desses textos, amparada nas noções de encruzilhada e sobrevivência? O Atlântico que emerge pelas suas margens é, de fato, um “entre-lugar”, um espaço poroso que absorve várias fontes culturais, que subverte as normas impondo o desvio, que





corrói limites e fronteiras. Nesse cenário, o que Silvano Santiago escreveu sobre o “entre-lugar” do discurso latino-americano, vale também para o espaço do Atlântico e para a suas escritas, um conjunto de textos em constante tensão “entre o sacrifício e o jogo, entre a prisão e a transgressão, entre a submissão ao código e a agressão, entre a obediência e a rebelião, entre a assimilação e a expressão” (1978, p. 28).

## Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Argo, 2009.
- ALLIEZ, Éric. LAZZARATO, Maurizio. *Guerres et capital*. Paris: Éditions Amsterdam, 2016.
- APPADURAI, Arjun. “Disjunção e diferença na economia cultural global”. In: FEATHERSTONE, Mike (org.). *Cultura global*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 311-327.
- BALIBAR, Étienne. *Il fantasma del corpo estraneo: per un diritto internazionale dell'ospitalità*. Roma: Castelvecchi. 2019
- BALIBAR, Étienne. *Gli universalisti: equivoci, derive e strategie dell'universalismo*. Torino: Bollati Boringhieri, 2018.
- BALIBAR, Étienne. WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, nation and class: ambiguous identities*. London/New York: 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- BHABHA, Homi. *Nation and Narration*. London New York: Routledge, 1990.
- BENJAMIN, Walter. *Reflections: Essays, Aphorisms, Autobiographical Writings*. DEMETZ, Peter (Org.). New York: Schocken Books, 1989.
- BERNHEIMER, Charles et al. The Bernheimer Report, 1993: Comparative Literature at the turn of the century. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). *Comparative literature in the age of multiculturalism*. Baltimore/London: Johns Hopkins University Press, 1995. p. 39-48.
- BUESCU, Helena Carvalhão. *Experiência do Incomum e Boa Vizinhança. Literatura Comparada e Literatura-Mundo*. Porto: Porto Editora: 2013.

---

BUCK-MORSS, Susan. *Hegel, Haiti and universal history*. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 2009.

BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Autêntica, 2019.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Quem canta o estado nação? Língua, política, pertencimento*. Trad. Vanderlei J. Zacchi e Sandra Goulart Almeida. Brasília: Editora UnB, 2018.

CARVALHO, Bruno. *Cidade Porosa: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

CASANOVA, Pascale. *The World Republic of Letters*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

CASTRO HENRIQUES, Isabel. *Os pilares da diferença*. Relações Portugal-África séculos XV-XX. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. "It's All in the Family: Intersections of Gender, Race and Nation". *Hypatia*, v.13, n.3, 1998, p. 62-82.

COUTINHO, Eduardo. Nuevos rumbos del comparatismo: literatura comparada y literatura-mundo. *El hilo de la fábula*, 19, 2019, pp. 14-24.

CRUZ, Eliana Alves. *O crime do Cais do Valongo*. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

DAMROSCH, David. *What is World Literature?*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2003.

DERRIDA, Jacques. *Dissemination*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

ELIAS, Amy J. MORARU, Christian (Edit.). *The Planetary Turn. Relationality and Geoaesthetics in the Twenty- First Century*. Evanston: Northwestern University Press, 2015.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 285-315.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Trad. Cid Knipel Moreira, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.

GNISCI, Armando. A literatura mundial como futuro da literatura comparada. *E-escrita*, v1, n.2, Ago. 2010, p. 17-33.



GNISCI, Armando. *Creolizzare l'europa. Letteratura e migrazione*. Roma: Meltemi, 2003.

GOMES DA SILVA, Maria Graciete. Literatura-mundo ou a abolição do rectilíneo. In: *Anuario de Literatura Comparada*, n.3, 2013, p. 33-44.

HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

JAMESON, Fredric. *Postmodernis, or, the cultural logic of late capitalism*. London: Verso, 1993.

MATA, Inocência. Literatura-Mundo em Português: encruzilhadas em África. *Anuário de Literatura Comparada*, n.3, 2013, p. 103-115.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014

MBEMBE, Achille. Afropolitanismo. *Áskesis*, v.4, n.2, dez. 2015, p. 68-71.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensino*. Rio de Janeiro, n.23, 2016. p. 123-151.

MENESES, Maria Paula G. O indígena africano e o colono europeu: a construção da diferença por processos legais. *E-Cadernos CES*, Coimbra, n.7, 2010, p. 68-93.

MORETTI, Franco. Conjectures on World Literature'. *Debating World Literature*. Ed. Christopher Prendergast, London/ New York: Verso, 2004, 148-62.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. Trad. Berilo Varga. 3ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 227-278.

RAIMONDI, Ezio. *Letteratura e identità nazionale*. Milano: Mondadori, 1998. RANCIÈRE, Jacques. *A Partilha do Sensível. Estética e Política*. São Paulo: Editora 34, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez. 2010.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença. Ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005.

SODRÉ, Muniz. *Pensar nagô*. Petrópolis: vozes, 2017.

---

SOUSA, Mario Lucio. *Biografia do Língua*. Rio de Janeiro: Livros de Criação, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Death of a discipline*. New York: Columbia University Press, 2003.